

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

ISSN 2177-3688

ANÁLISE DO ARRANJO DE UM RÓTULO TAXONÔMICO DE ASSUNTO APLICADA AO PORTAL GOV.BR

ANALYSIS OF THE ARRANGEMENT OF A SUBJECT TAXONOMIC LABEL APPLIED TO THE GOV.BR PORTAL

Myriam Martins Lima – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Andrea Pereira dos Santos – Universidade Federal de Goiás (UFG)
Lais Pereira de Oliveira – Universidade Federal de Goiás (UFG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Taxonomias são estruturas de organização do conhecimento que permitem arranjos de base hierárquica e estabelecimento de rótulos temáticos para categorização de conteúdos, sobretudo em ambiência *web*. Objetiva analisar a ocorrência da aplicabilidade de um parâmetro de rotulagem taxonômica de assuntos no menu e submenus de navegação principais do Portal gov.br segundo o postulado pelas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Especificamente, objetiva levantar, na literatura científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, os principais parâmetros utilizados na rotulagem taxonômica de assuntos; escolher um dos parâmetros identificados para analisar sua aplicabilidade na estrutura taxonômica do *menu* e dos submenus principais de navegação do Portal gov.br; identificar se o menu e os *submenus* principais de navegação do Portal gov.br atendem ao critério da rotulagem taxonômica de assuntos escolhida. Constitui pesquisa qualitativa com uso de levantamento documental exploratório e bibliográfico. Insere-se enquanto pesquisa em andamento que terá maior aprofundamento em dissertação de mestrado. Os resultados prévios demonstram que a organização da rotulagem taxonômica de assuntos do *menu* principal do Portal gov.br não contempla os pressupostos necessários, no que se refere ao parâmetro da navegação intuitiva, para garantir a lógica navegacional ao usuário. Conclui-se, de forma preliminar, que há a existência de diversos parâmetros e que o parâmetro analisado no Portal não é devidamente aplicado segundo os preceitos estabelecidos.

Palavras-chave: organização do conhecimento; taxonomias; terminologia; navegação; governo eletrônico.

Abstract: *Taxonomies are knowledge organization structures that allow hierarchical arrangements and the establishment of thematic labels for categorizing content, especially in a web environment. It aims to analyze the occurrence of the applicability of a taxonomic labeling parameter of subjects in the main navigation menu and submenus of the Portal gov.br as postulated by the areas of Library and Information Science. Specifically, it aims to survey, in the scientific literature in the area of Library and Information Science, the main parameters used in the taxonomic labeling of subjects; choose one of the identified parameters to analyze its applicability in the taxonomic structure of the main navigation menu and submenus of the Portal gov.br; identify whether the main navigation menu and submenus of the Portal gov.br meet the criteria for the chosen taxonomic labeling of subjects. It constitutes qualitative research using exploratory and bibliographical documentary research. It is part of ongoing research that will be further developed in a master's thesis. Previous results demonstrate that the*

organization of the taxonomic labeling of subjects in the main menu of the Portal gov.br does not include the necessary assumptions, with regard to the parameter of intuitive navigation, to guarantee navigational logic to the user. It is preliminarily concluded that there are several parameters and that the parameter analyzed on the Portal is not properly applied according to the established precepts.

Keywords: *information organization; taxonomies; terminology; navigation; electronic government.*

1 INTRODUÇÃO

Há uma diversidade de informações disponibilizadas nos mais diversos âmbitos sociais. Pode se dizer que na contemporaneidade há um mar de informações dispersas que, para serem recuperadas eficientemente, necessitam de técnicas e procedimentos preestabelecidos (BAPTISTA; ARAÚJO JÚNIOR; CARLAN, 2010). Corroborando com Baptista, Araújo Júnior e Carlan (2010), os autores Chartier, Santos e Dumont (2022, p. 62) postulam que “o leitor navegante do mundo digital corre o perigo de perder-se em um mar textual sem farol nem porto”.

Evidenciam Oliveira e Oliveira (2020, p. 715) que “com o advento da Internet, os meios e suportes informacionais se alteram, mas, a necessidade de organizá-los continua tão crucial quanto antes, quando predominavam registros físicos em formato impresso”. Dado o contexto do avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), é imprescindível que estudos científicos adentrem nas especificidades informacionais e comunicacionais encontradas no meio digital.

A verificação de portais governamentais brasileiros, que segundo Pinho (2008) consistem em possibilitadores da informatização das atividades governamentais, é importante para que seja possível realizar uma análise das políticas públicas que visam a auxiliar e amparar a população frente às suas demandas, o que, conforme explicitado por Dias e Matos (2012), é dever do Estado.

Para que o funcionamento e acessibilidade desses portais sejam garantidos a toda a população, não basta verificar apenas critérios estéticos de usabilidade e de *design* dos sites em que se hospedam, mas é também necessário garantir a correta execução dos procedimentos que envolvem a organização do conhecimento (OC), que, por sua vez, é responsável pela disponibilização das informações de modo que possam ser recuperadas por aqueles que necessitam.

A OC se insere, portanto, enquanto atribuição da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, como possibilitadora da estruturação de conhecimentos e conceitos, atuando

como base para a ordenação e representação de documentos de acordo com seus assuntos específicos (OLIVEIRA; MARTÍNEZ-ÁVILA, 2019). Relacionada à OC, a organização da informação (OI) engloba uma série de técnicas e procedimentos que garantem a disseminação e a recuperação das informações conforme a necessidade do público-alvo que se utiliza delas. Dentre esses processos e estruturas, destaca-se a taxonomia, que denota a classificação dos saberes de modo a possibilitar sua representação em classes e subclasses (MENDES; PINTO, 2019).

A evidência da atuação taxonômica no que se relaciona à organização da informação em ambiência digital se dá conforme o exposto:

para além dos tradicionais sistemas de classificação, política de indexação, tesouros e norma de resumo, comumente empregados para instrumentalizar o macroprocesso de tratamento temático da informação, na forma dos processos técnico-intelectuais de classificação, indexação e elaboração de resumo, instrumentos de outra ordem, como taxonomias e ontologias, também têm agido em prol da organização da informação digital (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 715).

A taxonomia é fundamental para a orientação dos usuários em sítios da *web*, o que permite a organização informacional por meio do estabelecimento de categorias, da construção do relacionamento semântico entre os termos dispostos, pelo estabelecimento de hierarquias (AQUINO; CAVALCANTE; BRÄSCHER, 2009) e outras ações que permitem organizar e disseminar as informações neste âmbito.

Em ambiência *web*, a taxonomia navegacional é fundamental para possibilitar a navegação dos usuários. Para tal, são postulados seis principais parâmetros de rotulagem taxonômica de assuntos, perpassando pela “Navegação intuitiva”, “Objetividade terminológica”, “Quantidade de níveis hierárquicos”, “Uso de facetas”, “Polihierarquização” e “Revisões periódicas” (CAVALCANTE; BRÄSCHER, 2014).

Para além dos parâmetros supracitados, há que se constatar até que ponto é facultada ao sujeito a condição para acesso à informação. Sobretudo no contexto das informações governamentais de interesse precípua do cidadão. Para tal compreensão é importante compreender as diferentes tipologias de usuários da informação. Conforme postulado por Araújo (2009), há várias definições dos diversos tipos de usuários encontradas na literatura da área; no caso da análise de um sistema ou fonte de informação específica como os portais governamentais, não há apenas um público definido, mas, sim, ampla diversidade de pessoas que buscam múltiplos tipos de informações com finalidades variadas.

O Portal gov.br, um portal que visa promover a unificação dos canais digitais do Governo Federal brasileiro, propõe o estabelecimento de uma relação de aproximação do cidadão brasileiro por parte do Estado, uma vez que busca oferecer a junção de todos os serviços e informações relacionadas a todas as áreas de atuação do Poder Executivo Federal (GOV.BR, 2023).

Nesse sentido, a presente pesquisa se insere como parte de um estudo em andamento que terá maior aprofundamento no decorrer do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Dado o exposto, a questão problema norteadora deste artigo é: O *menu* e os *submenus* de navegação principais do Portal gov.br se utilizam de parâmetros de rotulagem taxonômica de assuntos postulados pelas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a ocorrência da aplicabilidade de um parâmetro de rotulagem taxonômica de assuntos no *menu* e *submenus* de navegação principais do Portal gov.br segundo o postulado pelas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Como objetivos específicos, visa:

- a) Levantar, na literatura científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, os principais parâmetros utilizados na rotulagem taxonômica de assuntos;
- b) Escolher um dos parâmetros identificados para analisar sua aplicabilidade na estrutura taxonômica do *menu* e dos *submenus* principais de navegação do Portal gov.br;
- c) Identificar se o *menu* e os *submenus* principais de navegação do Portal gov.br atendem ao critério da rotulagem taxonômica de assuntos escolhida.

Este estudo pode evidenciar a relevância da organização da informação nos portais governamentais e como tal organização pode auxiliar na disponibilização da disseminação informacional e no atendimento às demandas da população nesse âmbito. Ato contínuo, pode contribuir para os estudos produzidos e publicados a respeito da organização da informação estabelecida em ambiente *web*, para fins navegacionais e de acesso aos diversos conteúdos.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, utilizando-se de levantamento documental exploratório e bibliográfico. Envolveu a prospecção no Portal gov.br buscando mapear a

aplicabilidade de um dos rótulos taxonômicos de assunto existentes no *menu* e *submenus* principais de navegação deste portal governamental. Para tanto, realizou-se o levantamento das principais características dos parâmetros taxonômicos com base na literatura científica da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo sido selecionada a categorização de Cavalcante e Bräscher (2014), que evidencia seis principais parâmetros.

Foram elencados parâmetros da rotulagem taxonômica de assuntos com base na adaptação de Cavalcante e Bräscher (2014) especificados na subseção 4.1. Destes, foi analisado no Portal gov.br, de maneira preliminar, o parâmetro de “Navegação intuitiva” aplicado ao *menu* principal “Serviços e Informações do Brasil” e aos *submenus* dele derivados.

A escolha da análise deste parâmetro em detrimento dos demais, deu-se devido à possibilidade de identificação das características a ele pertencentes, dentre as quais a análise da hierarquização dos termos dispostos no *menu* e *submenus*.

3 OS PORTAIS GOVERNAMENTAIS E A COMUNICAÇÃO COM SEUS USUÁRIOS

Afirmam Oliveira e Oliveira (2020, p. 714) que “os *websites* cumprem [...] com relevante papel. Ademais, devem manter um grau de compreensibilidade aos usuários que se enquadram como o foco de público daquela organização”. Os portais governamentais, por sua vez, atuam em prol da transparência pública por parte da administração pública direcionada à divulgação das ações governamentais para a população em geral (VAZ; MARTINS; CASAGRANDE; SOARES, 2021).

Em relação ao Portal gov.br, objeto de análise da presente pesquisa, a disponibilização encontrada no mesmo transcende a simples disponibilização de informações promulgada pelos princípios de transparência; há, também, a integração e disponibilização de serviços e provisões ao público. A proposta do Portal gov.br como portal que contempla não só a divulgação de informações governamentais, é inovadora no Brasil e segue iniciativas exteriores bem-sucedidas tais como do Reino Unido, México e Uruguai (GOV.BR, 2023) que adotam tal modelo.

Evidenciam Vaz, Martins, Casagrande e Soares (2021), em relação ao desenvolvimento dos portais governamentais e ao seu propósito frente aos cidadãos, que “[...] a informatização está apoiada no desenvolvimento de portais governamentais, nos quais o poder público pode apresentar suas intenções, ações e realizações, além de possibilitar a aglutinação e disponibilização de serviços e informações aos cidadãos”.

Visto que o enfoque dos portais governamentais é a disponibilização de informações aos cidadãos, faz-se importante ressaltar que cada indivíduo possui necessidades e compreensões distintas acerca das informações. Os cidadãos que se utilizam dos serviços e informações disponibilizados nos portais governamentais podem ser considerados como usuários. Dias e Pires (2004, p. 7) postulam que “o conhecimento do usuário é a base da orientação e da concepção dos serviços de informação, considerando suas características, atitudes, necessidades e demandas”. Em relação aos serviços informacionais disponibilizados aos usuários, devem ser elaborados de acordo com as especificidades, conhecimentos e necessidades dos indivíduos e da comunidade em geral.

Os usuários, por sua vez, detêm diversas especificidades relacionadas à informação, estas especificidades se embasam em alguns fatores:

Esses fatores são: formação básica do usuário; treinamento que possui na utilização das fontes, produtos e serviços de informação; acesso a esses serviços; condições de trabalho e tempo que dispõe para a busca da informação. Outros fatores são: grau de instrução; conhecimento de línguas; posição socioprofissional; sociabilidade; grau de competição dentro do grupo de atuação; imagem que cada um tem da informação e das experiências anteriores (DIAS; PIRES, 2004, p. 7).

Estes fatores correlacionam-se diretamente às habilidades inerentes ao letramento informacional que as autoras Campello (2006), Gasque e Tescarolo (2010) afirmam ser o termo designado para a representação das habilidades e competências de um indivíduo frente às informações de diversos matizes.

Dadas as compreensões acerca da função dos portais governamentais e a compreensão acerca das tipologias de usuários, é importante evidenciar que a comunicação das informações contidas no Portal gov.br para os cidadãos é analisada sob o prisma da Teoria da Informação, uma teoria relacionada ao campo da Comunicação que visa “explicar as modalidades de transferência das mensagens (como sequências de sinais, organizadas conforme um código) de um emissor a receptor” (TEMER; NERY, 2009. p. 75).

A Teoria da Informação visa, em seus estudos, “melhorar a velocidade de transmissão de mensagens, diminuir as distorções e aumentar o rendimento global do processo de transmissão de informações” (TEMER; NERY, 2009. p. 77), o que vai ao encontro dos propósitos da organização da informação por meio de seus processos técnicos, tais como a rotulagem taxonômica de assuntos.

4 OS PARÂMETROS DA ROTULAGEM TAXONÔMICA DE ASSUNTOS VOLTADA A UM PORTAL GOVERNAMENTAL

A necessidade de obter informações atinge diversos públicos em diferentes contextos e momentos. Para possibilitar a recuperação informacional de acordo com as necessidades dos usuários, sua organização é imprescindível.

Segundo Vieira e Pinho (2015, p. 112) “a OI tem como função, resumidamente, organizar registros de informação para arranjá-los sistematicamente, de forma a possibilitar sua recuperação e posterior uso”. Para a realização destes arranjos e, posteriormente, a recuperação informacional, são necessários processos, produtos e instrumentos que resultam na informação.

Apontam Pando e Almeida (2019), embasados por um levantamento realizado na literatura brasileira especializada em OI, que há diversos procedimentos e técnicas utilizados para que a organização informacional seja realizada. Dentre esses, encontra-se a taxonomia, procedimento inerente ao tratamento temático da informação (TTI).

Há dois processos essenciais para a realização do tratamento da informação, sendo eles o tratamento descritivo e o tratamento temático (DIAS; NAVES, 2013). O tratamento descritivo se atém à descrição dos aspectos físicos/formais de um objeto informacional, o que consiste em “autoria, título, edição, o responsável pela publicação, data, paginação, entre outros” (SOUSA, 2013, p. 138).

O tratamento temático, por sua vez, consiste na representação temática do conteúdo de um objeto informacional (ROBREDO, 2005). Os processos de indexação, catalogação de assuntos, classificação e elaboração de resumos fazem parte do TTI. A indexação visa descrever e identificar determinado objeto informacional de acordo com o assunto contido no mesmo (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009). Lancaster (2004) postula que a indexação realiza a descrição do conteúdo temático de um documento utilizando-se de termos selecionados, usualmente, de um vocabulário controlado.

A taxonomia insere-se no âmbito da OI enquanto processo relacionado às práticas de classificação por meio de relações hierárquicas. As estruturas hierárquicas, assim como os rótulos conceituais, são elementos essenciais para a compreensão das taxonomias; a primeira representa de fato a estrutura, a “espinha dorsal” que emoldura a taxonomia; já os segundos

consistem nos termos que representam os conceitos englobados na estrutura (CAVALCANTE; BRÄSCHER, 2014).

A taxonomia perpassa pela arquitetura da informação e pode ser compreendida como um elemento inerente ao sistema de acesso e navegação. Sua adoção remete à organização e recuperação informacional por parte dos usuários, o que ocorre mediante a localização de informações contidas em uma lista estruturada de termos específicos de um determinado domínio (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020).

Percebe-se que “no caso dos *websites*, verificam-se, comumente, *menus* e *submenus* nos quais os rótulos de assunto são distribuídos. A partir da navegação por essas estruturas, o usuário acessa os conjuntos informacionais ali dispostos” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 717). A distribuição supracitada se dá, comumente, por meio da ordenação hierárquica de categorias pertencentes a determinado universo de assunto, o que possibilita também o destrinchar dos demais níveis das subcategorias a elas pertencentes (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020).

No contexto de portais ambientados na *web*, tais como os portais governamentais, “a taxonomia tem muito a contribuir, na medida em que permite alocar informações de forma lógica” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 716), possibilitando a criação automatizada de informações.

4.1 Os parâmetros da rotulagem taxonômica de assuntos

A origem do termo “taxonomia” remonta à Biologia e deriva “da classificação lógica e científica dos seres vivos, fruto do trabalho do médico e botânico sueco Carolus Linnaeus, com sua *Biologia Sistemática*” (AQUINO; CARLAN; BRÄSCHER, 2009, p. 204). No âmbito digital, as taxonomias representam formas automatizadas de se criar informações e, dentre outros, têm sido amplamente aplicadas em sítios de instituições governamentais visando a organização e recuperação informacional (AQUINO; CARLAN; BRÄSCHER, 2009).

Postulam Cavalcante e Bräscher (2014, p. 193) que “as taxonomias desempenham papel fundamental ao orientar a navegação do usuário, organizando informações e links de forma lógica por meio de categorias dispostas em estruturas hierárquicas”.

Os objetivos inerentes às taxonomias consistem em:

- Estabelecer categorias gerais; - Coletar e representar os conceitos por meio de termos; - Agilizar a comunicação entre especialistas e outros públicos; -

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

Encontrar o consenso; - Controlar a diversidade de significação; - Construir relacionamento semântico entre os termos, através de relações hierárquicas, de equivalência, e de associação; e - Oferecer um mapa da área que servirá como guia em processos de conhecimento (AQUINO; CARLAN; BRÄSCHER, 2009, p. 205).

Há três tipologias taxonômicas existentes: a descritiva, a de gerenciamento e a navegacional. O presente estudo circunscreve-se à taxonomia navegacional que visa à organização informacional com o intuito da visualização e acesso por parte do usuário por meio do acesso a determinado sítio da *web* por meio da navegação neste (AQUINO; CARLAN; BRÄSCHER, 2009).

As taxonomias navegacionais, que buscam amparar os processos de navegação na *web*, devem atender à categorização, ocasião em que atua como instrumento classificador de elementos mediante a identificação de características comuns. As relações semânticas estabelecidas podem conter estruturas puramente hierárquicas, mas podem contar também com estruturas facetadas, evidenciando a flexibilidade dessas estruturas. A taxonomia detém, ainda, a função de auxiliar à navegação em ambiência *web*, promovendo a organização sistematizada dos *links* de acesso às informações contidas em determinado sítio da *web* (CAVALCANTE; BRÄSCHER, 2014).

Ainda sob a perspectiva de Cavalcante e Bräscher (2014), são postulados os seguintes parâmetros relacionados à rotulagem taxonômica de assuntos, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Parâmetros da rotulagem taxonômica de assuntos

PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
Navegação intuitiva	A navegação do usuário deve ser possibilitada de forma fluida e produtiva. A hierarquização deve ser feita de forma lógica. A navegação deve atuar como um direcionamento ao usuário na navegação pelo sítio
Objetividade terminológica	As categorias devem relacionar-se diretamente com o conteúdo que apresentam. O usuário deve poder ter certeza do conteúdo que está selecionando. Os termos selecionados devem ser precisos e refletirem o conteúdo de forma fiel
Quantidade de níveis hierárquicos	Não há um apontamento da quantidade necessária de níveis hierárquicos na taxonomia. Esta definição se dá de acordo com a abrangência temática que pode variar tanto em profundidade quanto em extensão
Uso de facetas	As facetas podem ser empregadas como espécies de filtros que auxiliam a refinar categorias extensas
Polihierarquização	Deve ser empregada sempre que houver mais de uma possibilidade lógica da

	categoria, subcategoria ou elemento encontrado na estrutura
Revisões periódicas	As necessidades do usuário devem ser sempre levadas em consideração. Tais necessidades constantemente estão se modificando. A estrutura taxonômica deve constantemente submeter-se a revisões em seus diversos aspectos

Fonte: Adaptado de Cavalcante e Bräscher (2014).

Os parâmetros acima demonstrados servem como direcionamento para a verificação da rotulagem taxonômica de assuntos no Portal gov.br. Dados tais parâmetros, é relevante analisar os *menus* principais e os *submenus* deles derivados, considerando as constatações qualitativas provenientes do parâmetro de “Navegação intuitiva”.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS PRÉVIOS

A subseção seguinte realiza, em primeiro momento, uma análise do parâmetro de “Navegação intuitiva” no *menu* principal “Serviços e Informações do Brasil” e aos *submenus* dele derivados, dispostos na página inicial do Portal gov.br.

5.1 Navegação intuitiva

Retomando a descrição postulada por Cavalcante e Bräscher (2014), este parâmetro prevê que a navegação do usuário no *site* seja realizada de maneira fluida e com rapidez, ou seja, relaciona-se com a usabilidade do mesmo. Para verificar tal fluidez, foi analisado se a hierarquização foi realizada de forma lógica, possibilitando direcionamento ao usuário na navegação pelo sítio.

A rotulagem taxonômica do *menu* principal pode ser visualizada na Figura 1:

Figura 1 - Menu principal de navegação do Portal gov.br



Fonte: Gov.br (2023).

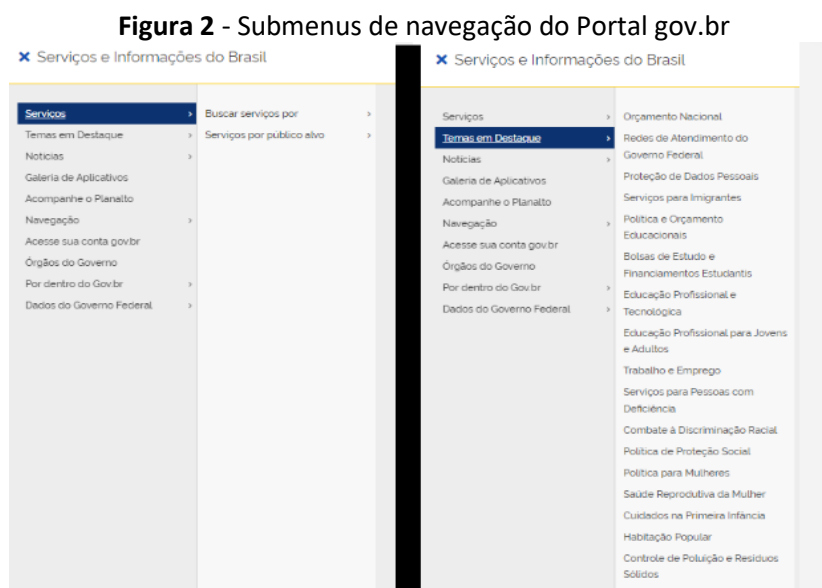
Neste contexto, infere-se que a hierarquização de rótulos do *menu* principal do Portal gov.br não segue um sentido lógico, uma vez que o rótulo “Navegação” deveria ser priorizado para facilitar a descoberta das informações necessárias por parte dos usuários. Levando, no

entanto, os estudos de usuários pressupostos por Dias e Pires (2004), a disposição dos rótulos realizada desta forma pode se dar devido ao maior quantitativo de procura dos serviços que antecedem ao rótulo “Navegação”, ou até mesmo para a indução do acesso aos rótulos colocados no topo; no entanto, seguindo a lógica pressuposta pelos parâmetros taxonômicos anteriormente definidos, tal hierarquização está incorreta.

Outro aspecto a ser ressaltado em relação à disposição dos rótulos do *menu* principal, como constatado na Figura 1, é que esta disposição não segue um princípio alfabético. Exige-se, com isso, a observação integral de todo o conjunto para orientação da navegação.

Há que se atentar, ainda, para rótulos genéricos que surgem no *menu* principal, tais como “Navegação” e “Notícias”, em conjunto com rótulos específicos, tais como “Acompanhe o Planalto” e “Galeria de Aplicativos”. Em certa medida, essa dualidade impacta na orientação lógica de uso do *menu* e do portal como um todo.

Na Figura 2, é possível verificar os *submenus* provenientes dos *menus* principais:



Fonte: Gov.br (2023).

A Figura 2 possibilita a verificação de dois rótulos de *submenus* distintos, possibilitando exemplificar que alguns possuem dois rótulos que se destrincham em outras derivações rotuladas, enquanto outros possuem vários rótulos sem derivação. Isso demonstra uma falta de alinhamento ao propósito de navegação lógica ou intuitiva.

6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os portais governamentais atuam como importante fonte de divulgação e difusão informacional com vistas ao atendimento às necessidades dos usuários. Ainda que haja habilidades e competências por parte dos indivíduos nas buscas informacionais no Portal gov.br, faz-se necessário que as informações estejam devidamente organizadas para que ocorra a comunicação efetiva da mensagem transmitida aos receptores da informação.

A organização da informação insere-se enquanto fator imprescindível na estruturação de um portal governamental. Observa-se que a taxonomia pode contribuir para a usabilidade e acessibilidade dos usuários em ambiência *web*.

A presente pesquisa objetivou, de forma geral, analisar a ocorrência da aplicabilidade de um parâmetro de rotulagem taxonômica de assuntos no menu e submenus de navegação principais do Portal gov.br segundo o postulado pelas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Especificamente alcançou os objetivos de: levantar, na literatura científica da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, os principais parâmetros utilizados na rotulagem taxonômica de assuntos; escolher um dos parâmetros identificados para analisar sua aplicabilidade na estrutura taxonômica do *menu* e dos *submenus* principais de navegação do Portal gov.br; identificar se o *menu* e os *submenus* principais de navegação do Portal gov.br atendem ao critério da rotulagem taxonômica de assuntos escolhida.

Constatou-se a existência de seis parâmetros taxonômicos, sendo eles: “Navegação intuitiva”, “Objetividade terminológica”, “Quantidade de níveis hierárquicos”, “Uso de facetas”, “Polihierarquização” e “Revisões periódicas”. Dentre os parâmetros elencados, foi analisado no Portal gov.br, o parâmetro de “Navegação intuitiva”. Tal análise verificou que a navegação, segundo o parâmetro, não se dá de forma lógica ou intuitiva, uma vez que os rótulos não seguem princípios classificatórios lógicos na disposição de sua hierarquização.

Estudos futuros, incluindo a continuidade da presente pesquisa por meio da dissertação a que este estudo se relaciona, podem dedicar-se a analisar os outros parâmetros da informação relacionados aos rótulos taxonômicos de assunto aplicados ao *menu* principal de navegação do Portal gov.br. Além disso, relacionar os parâmetros de indexação e discorrer acerca da classificação de assuntos podem contribuir para melhor compreensão acerca da organização informacional relacionada à rotulagem taxonômica de assuntos no portal, podendo culminar, inclusive, em novos parâmetros a serem analisados.

Infere-se, como hipótese para estudos futuros, que os parâmetros identificados na literatura especializada da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação não são aplicados de maneira precisa e contundente na elaboração das estruturas de rótulos taxonômicos de assunto.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, I. J.; CARLAN, E.; BRÄSCHER, M. Princípios classificatórios para a construção de taxonomias. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 3, n. 3, p. 196-215, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70214>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- ARAÚJO, C. A. V. Um mapa dos estudos de usuários da informação no Brasil. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 1, p. 11-26, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8519>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- BAPTISTA, D. M.; ARAÚJO JÚNIOR, R. H. de; CARLAN, E. O escopo da análise da informação. In: ROBREDO, J.; BRÄSCHER, M. (org.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2010. 335 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/189812>. Acesso em 27 jun. 2023. p. 61-80.
- CAMPELLO, B. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova série, São Paulo, v.2, n.2, p. 63-77, 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18>. Acesso em: 3 set. 2022.
- CAVALCANTE, R. S.; BRÄSCHER, M. Taxonomias navegacionais em sítios de comércio eletrônico: critérios para avaliação. **Transinformação**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 191-201, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116624>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- CHARTIER, R.; SANTOS, A. P. dos; DUMONT, L. M. M. Competências informacional e leitora. In: CHARTIER, R.; SANTOS, A. P. dos; DUMONT, L. M. M. **Livro, mundo digital e leituras: práticas e apropriações**. Goiânia: Editora UFG, 2022. p. 55-66.
- DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. Tratamento temático da informação. In: DIAS, E. W. **Análise de assunto: teoria e prática**. 2. ed. rev. Brasília: Briquet de Lemos, 2013. p. 13-26.
- DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004, p. 48.
- DIAS, R.; MATOS, F. O conceito de política pública. In: DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 4-21.
- FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, M. S. L. et al (org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias: um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. São Paulo:

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109109>. Acesso em: 1 mar. 2022.

GASQUE, K. C. G. D.; TESCAROLO, R. Desafios para implementar o letramento informacional na educação básica. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 41-56, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/03.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

GOV.BR. **Serviços e informações do Brasil**. [Brasília, DF]: Gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>. Acesso em: 19 jun. 2023.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MENDES, I.; PINTO, V. B. Taxonomia nas áreas da biblioteconomia e da ciência da informação: uma revisão sistemática. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas**, Portugal, n. 12, p. 36-47, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127650>. Acesso em: 2 set. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Tratamento temático da informação. **Informação em Pauta**, v. 4, n. 2, p. 83-100, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/42654>. Acesso em: 1 mar. 2022.

OLIVEIRA, L. P. de.; OLIVEIRA, Y. P. de. Taxonomias em portais de bibliotecas universitárias: uma análise da composição dos rótulos de assunto nos menus principais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 21., 2020, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: SIBI/UFG, 2022. p. 713-726. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/20307?mode=full>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PANDO, D. A.; ALMEIDA, C. C. Cientificidade da organização da informação: uma análise epistemológica a partir da comunidade brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 102-130, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110578>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 42, p. 471-493, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/i8dGWgrkM8KVBwm5gzXhSJr/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 2 set. 2022.

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4. ed. rev. e ampl. Brasília: [Edição de autor], 2005. p. 409.

SOUSA, B. P. Representação temática da informação documentária e sua contextualização em biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2,

XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023

p. 132-146, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/2659>. Acesso em: 20 jun. 2022.

TEMER, A. C. R. P.; NERY, V. C. A. **Para entender as Teorias da Comunicação**. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 206.

VAZ, K. K. R. B., MARTINS, C.; CASAGRANDE, J. L.; SOARES, S. V. A controversa transparência dos portais eletrônicos governamentais. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [s.l.], v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/11646>. Acesso em: 29 jun. 2023.

VIEIRA, J. M. L.; PINHO, F. A. A contribuição da organização e da visualização da informação para os sistemas de recuperação de informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 110-136, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/34780>. Acesso em: 23 jun. 2022.